



O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM): ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE E ARTICULAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT INDEX (MHDI): STUDY OF THE MUNICIPALITIES OF PLANALTO NORTE CATARINENSE AND LINKS BETWEEN EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT

EL ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO MUNICIPAL (IDHM): ESTUDIO DE LOS MUNICIPIOS DEL PLANALTO NORTE CATARINENSE Y VÍNCULOS ENTRE EDUCACIÓN Y DESARROLLO REGIONAL

Argos Gumbowsky²

Elfi Irene Noernberg³

Erick Douglas Weber da Maia⁴

Karina Vieira Carvalho⁵

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar resultados de estudo sobre a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios do Planalto Norte Catarinense nos anos de 1991, 2000 e 2010. Prioriza-se a dimensão educação. O artigo caracteriza-se como de revisão, apoiando-se nos princípios da pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados dados de 13 municípios do Planalto Norte Catarinense. Conclui-se que a região apresenta discrepâncias entre os municípios, baixo índice de formação de professores qualificados para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio e não alcance das metas projetadas para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Educação e desenvolvimento. Educação Básica. Desenvolvimento Regional. IDHM. Planalto Norte Catarinense.

ABSTRACT

This article aims to present the results of a study on the evolution of the Municipal Human Development Index (IDHM) of the municipalities of Planalto Norte Catarinense in 1991, 2000, and 2010. While the education dimension is prioritized, the article is characterized as a review

¹Artigo apresentado no V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, 2021.

²Doutor em Educação. Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail:

argosgum@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7217-9025>

³Mestra em Desenvolvimento Regional. Prefeitura do Município de Canoinhas. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: elfirene@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2426-1235>.

⁴Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: erick.maia@professor.unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7074-701X>.

⁵Mestra em Desenvolvimento Regional. Prefeitura do Município de Canoinhas. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: karina_vieiracarvalho@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7266-2757>

supported by the principles of bibliographic and documentary research and is justified by the lack of discussions involving the researched region. Data from 13 municipalities of Planalto Norte Catarinense were analyzed. The study concludes that there are discrepancies among the municipalities in the region, low rate of qualified teacher training for the final years of elementary and high school, and failure to reach the goals designed for the final years of elementary school.

Keywords: Education and development. Basic education. Regional development. HDI. Planalto Norte Catarinense.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar resultados de un estudio sobre la evolución del Índice Municipal de Desarrollo Humano (IDH) de los municipios del Planalto Norte Catarinense en 1991, 2000 y 2010. Se da prioridad a la dimensión educativa. El artículo se caracteriza como una revisión basada en los principios de la investigación bibliográfica y documental. Se justifica la falta de debates que involucran a la región encuestada. Se analizaron los datos de 13 municipios del Planalto Norte Catarinense. Se concluye que la región presenta discrepancias entre municipios, bajo nivel de educación de docentes calificados para los últimos años de primaria y secundaria, y no alcanza los objetivos proyectados para los últimos años de la escuela primaria.

Palabras claves: Educación y desarrollo. Educación básica. Desarrollo regional. IDHM. Planalto Norte Catarinense.

Como citar este artigo: GUMBOWSKY, Argos; NOERNBERG, Elfi Irene; MAIA, Erick Douglas Weber da; CARVALHO, Karina Vieira. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): estudo dos municípios do Planalto Norte Catarinense e articulações entre educação e desenvolvimento regional. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 436-452, 26 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12.4025>

Artigo recebido em: 13/10/2021

Artigo aprovado em: 24/05/2022

Artigo publicado em: 26/07/2022

1 INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina ocupa 1,1% do território brasileiro e 16,5% da Região Sul, com uma área territorial de 9.531,830 Km². Tendo em vista a diversidade de origens étnicas no povoamento, compreende-se que o desenvolvimento das regiões, que subdividem administrativamente o estado, foi marcado e influenciado pelas características da dinâmica de colonização, e da distribuição fundiária constituída na época, que de certa forma resulta na preeminência atual. Correa, Silveira e Kist (2019, p. 12), consideram que:

Para pontuar o conceito de desenvolvimento regional, entende-se região como sendo fruto de um processo histórico que a molda. Assim, sustenta-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores da região.

Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021, Santa Catarina apresentava população de 7.338.474 pessoas, possuindo o terceiro melhor índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil, com valor de 0,774, classificado na faixa de Alto desenvolvimento.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano”.

O IDHM é constituído por três dimensões: educação, longevidade e renda. Na educação consideram-se fatores como nível de escolaridade e tempo médio de estudo da população. Na dimensão longevidade, analisa-se a expectativa de vida dos indivíduos ao nascer, bem como da população, ou seja, a idade média alcançada pelas pessoas. Na dimensão renda, o critério usado é a renda municipal *per capita*. Ou seja, a renda média de cada residente no município.

Ao correlacionarmos a concepção de Correa, Silveira e Kist (2019) o conceito do PNUD, compreende-se como a íntima relação do Desenvolvimento Regional (DR) com a temática estudada, pois a educação é quesito fundamental no cálculo do IDHM.

Segundo o IBGE (1990), o estado possui 6 mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí, subdividido em 20 microrregiões⁶, abrangendo um total de 295 municípios. O estado de Santa Catarina é conhecido como a unidade da federação cujos índices de desenvolvimento classificam-se entre os mais elevados do país, isso é, em média, levando-se em consideração todos os municípios que ao estado pertencem. Entretanto, quando analisadas as diversas regiões, constata-se as discrepâncias. Um exemplo são as regiões Planalto Norte Catarinense e Serrana.

Diante do contexto apresentado surge a seguinte questão de pesquisa: Qual a evolução do IDHM dos municípios do Planalto Norte Catarinense nos anos de 1991, 2000 e 2010? Resultante do problema apresentado, tem-se o seguinte objetivo principal: pesquisar a evolução do IDHM dos municípios do Planalto Norte Catarinense nos anos de 1991, 2000 e 2010.

O artigo, além dessa introdução, está organizado em revisão da literatura, na qual se explora a relação entre educação e DR e descreve as principais características do Planalto Norte Catarinense. Ademais relaciona-se a metodologia seguido dos resultados e discussões que evidencia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o IDHM – Renda, longevidade e educação. O aprofundamento da análise recai sobre a dimensão educação e suas diversas variáveis. Ao final, apresentam-se as considerações finais.

⁶Microrregiões do estado de Santa Catarina: Araranguá, Criciúma, Tubarão, Blumenau, Itajaí, Ituporanga, Rio do Sul, Campos de Lages, Curitiba, Canoinhas, Joinville, São Bento do Sul, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Florianópolis, Tabuleiro, Tijucas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A discussão em torno do termo desenvolvimento é complexa, sendo objeto de estudo de teóricos que aprofundam o tema, pautando-se em diferentes abordagens. Inicialmente os estudiosos relacionaram o termo ao crescimento econômico e à elevação dos indicadores, mas isso nem sempre simboliza desenvolvimento local, regional ou territorial. Dallabrida (2017, p. 20) afirma que “a preocupação com a qualidade de vida da população, logo, com o desenvolvimento e não apenas com o desenvolvimento econômico, evidentemente, não pode ser considerado algo novo”.

Dallabrida (2017, p. 199) considera importante caracterizar os conceitos de desenvolvimento local, regional ou territorial. O autor concorda com o pensamento de Buarque (2006), que conceitua desenvolvimento local como: “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população”. Duarte (2012, p. 690) reitera que “o desenvolvimento da sociedade é mediado pela ação intencional e articulada do Estado - a via do planejamento - ator capaz de mobilizar a sociedade para a produção de mudanças mais profundas no País”. Reymão e Cebolão (2017) refletem sobre o dever do Estado, que é de garantir políticas na área da educação e saúde, permitindo melhora na vida da população, oferecendo oportunidades iguais em liberdade, segurança, equidade e dignidade. Reitera-se que a educação desempenha papel estratégico em uma sociedade como a brasileira, que tem pela frente o desafio de promover o crescimento econômico com inclusão social, formar profissionais socialmente críticos e tecnicamente capacitados a atuar como agentes dessa transformação, muitas vezes, em contextos sociais extremamente adversos (CORBUCCI, 2011, p.580). Em Brandão (2012), encontra-se o seguinte esclarecimento:

É bom lembrar que a discussão do desenvolvimento que se processa na escala nacional deve estar atenta aos caracteres distintivos que nesse espaço definem sua estrutura de propriedade, a distribuição da renda e da riqueza, a estrutura de consumo de suas classes sociais etc. (BRANDÃO, 2012, p.189)

Brandão (2012) faz menção a uma proposta de transescalar que resulte em uma síntese de política de desenvolvimento, que alargue os horizontes de possibilidades e seja inclusiva socialmente. “Políticas multiescalares podem apreender dialeticamente as heterogeneidades estruturais de nossa nação subdesenvolvida, resgatando a força da diversidade e criatividade” (p.210). Outro ensinamento de Brandão (2012, p. 213) é que:

Qualquer caminho perspectivo para o Brasil de discussão do desenvolvimento socioeconômico e do avanço político terá de ser o de resgatar a potência virtuosa de nossa diversidade. Nós sempre trabalhamos as heterogeneidades estruturais do país como problemas. É uma ideia equivocada. Nós sempre trabalhamos a nossa diversidade, a nossa desigualdade como grande empecilho. Poderíamos trabalhar todas essas assimetrias como um campo de diversidade de um país continental muito rico e complexo em todos os sentidos.

Brandão (2012) reitera que a busca de soluções em âmbito regional pode ocorrer por meio de estratégias de atuação conjunta intermunicipal, enfrentando problemas comuns e que para isso é preciso pactuar com definição e registro em contratos claros.

Gomes; Bresciani; Amorin relatam que:

[...] educação abrange todas as realidades do desenvolvimento humano; é considerada como um dos fatores essenciais para a melhoria de vida das pessoas e do progresso das nações, por mais diferentes que sejam os seus índices materiais e espirituais de existência (GOMES; BRESCIANI; AMORIN, 2016, p. 37).

Os autores Barros, Henriques e Mendonça (2002) afirmam que a educação possui relação direta com a economia, a sua principal influência é identificada a partir da desigualdade salarial, a qual é ocasionada pela falta de investimento em educação e age nas mesmas fronteiras que a desigualdade social, afirmam que a principal influência direta da educação na economia é a desigualdade salarial, a qual é ocasionada pela falta de investimento em educação e age nas mesmas fronteiras que a desigualdade social. Ou seja, um indivíduo com dificuldades de acesso à educação, ou mesmo a uma educação precária terá um salário baixo, o que necessariamente implicará em suas condições de vida. Para Castel-Branco (2011) numa perspectiva neoclássica, economistas da educação a relacionam o crescimento e desenvolvimento econômico com o potencial de desenvolvimento do capital humano. Nesse entendimento, “o aumento do capital humano, por via da educação, permite aos indivíduos e à sociedade promover o seu progresso econômico pelo impacto que a acumulação de capital humano tem na produtividade e no rendimento” (CASTEL-BRANCO, 2011, p. 1). Como resultado dessa mudança de enfoque, o enfoque cultural, moral, social e político fica em segundo plano. Dentre os mitos associados ao capital humano, dois merecem referência e estão integram constantemente os discursos políticos: educação para o mercado; e educação para o autoemprego. No primeiro enfoque, a educação assume a finalidade de formação de trabalhadores municiados de qualificações que atendam às necessidades do capital, oportunizando um diferencial competitivo aos trabalhadores no mercado. O segundo mito: a educação para o autoemprego, muitas vezes também denominado de empreendedorismo. Nesse sentido, atribui-se à educação a responsabilidade de que ela tem que oportunizar ao indivíduo a capacidade de se autoempregar. Destaca Castel-Branco (2011) que autoemprego não pode ser a solução para milhões de jovens, que em cada ano percorrem o processo de ensino-aprendizagem. No seu entendimento:

Autoemprego, que parece ser um expediente intelectual ou político para não discutir a base social e a economia política da educação e do desenvolvimento, transforma a formação de empresários numa questão meramente determinada pelo capital humano individual, sem história e sem contexto social. (CASTEL-BRANCO, 2011, p. 4).

A relação entre educação e desenvolvimento não se faz fundamentalmente pela transformação de uma dada quantidade de conhecimento em produtos e rendimentos. Faz-se, sobretudo, pela forma como educação interage com os processos sociais, econômicos e políticos envolvidos na apropriação e controlo dos recursos, da organização da produção e da distribuição da riqueza. Isso, a noção de capital humano é incapaz de entender e explicar (CASTEL-BRANCO, 2011, p. 6).

No que tange às diferenças regionais, como os maiores ganhos do acesso ocorrem nas regiões mais pobres, essas diferenças tendem a diminuir. Entretanto, a convergência na escolaridade depende também da maior permanência dos alunos na escola e de progredirem com menos repetência (SOUZA, 2019, p. 177).

Dentre os exemplos da relevância da educação para o desenvolvimento, cita-se o município de Sobral (CE) na região nordeste que durante sua história ostentou níveis elevados

de pobreza e ausência de efetividades de políticas educacionais. De Maria & Pochmann (2021) ao analisarem este caso destacam que:

Desenvolvimento, importante ressaltar, é fortemente local. Somente a nível local se observam os pontos de desigualdade social cuja solução promoverá desenvolvimento. Ainda que o crescimento econômico seja fundamental, inverte-se a causalidade: a diminuição das desigualdades e o desenvolvimento não vêm exclusivamente da renda, mas também do acesso a bens públicos.

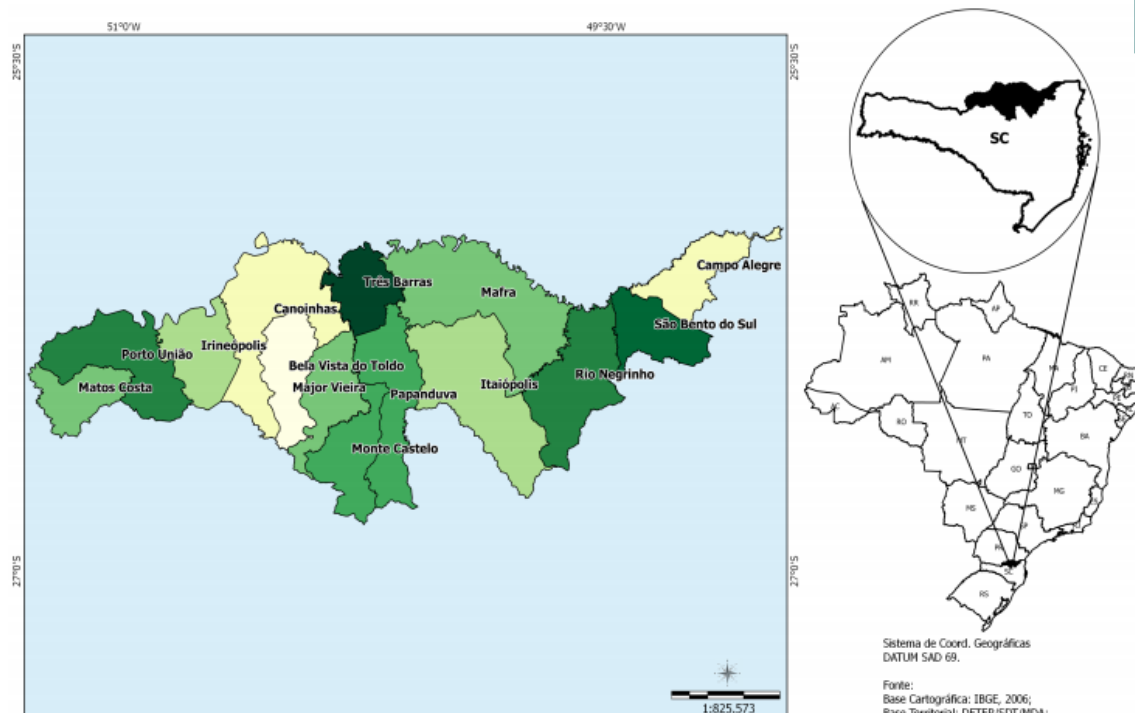
No cenário em tela uma política forte para a Educação Básica foi o diferencial, aliando a outros programas sociais.

Em síntese coaduna-se com o pensamento de Lyrio; Barros; Menezes (2019), os quais concluem que a Educação e o desenvolvimento ocorrem de forma entrelaçada e que a garantia dos direitos sociais favorece sobremaneira o desenvolvimento, não só local como regional.

2.2 O PLANALTO NORTE CATARINENSE

O território do Planalto Norte Catarinense compreende os municípios integrantes da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte), totalizando um número de dez municípios, também há três integrantes da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc)⁷. São os municípios do Planalto Norte: Mafra, Três Barras, Major Vieira, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Porto União, Papanduva, Monte Castelo, Canoinha, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Campo Alegre e Itaiópolis. Esses municípios ocupam uma área de 10.055,397 km², 10,5% do território catarinense.

⁷ Os municípios de São beto do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre integram a Amunesc

Figura 1 – Localização do Planalto Norte Catarinense⁸

Fonte: Brasil (2018).

A base da colonização do Planalto Norte Catarinense remonta à segunda metade do século XIX, tendo como referência a Colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, cujos colonos se deslocaram para o município de São Bento do Sul e dali foram conquistando o território. Outro fator que contribuiu para a colonização foi a 'Estrada da Mata' ou 'Estrada das Tropas', hoje BR 116, por onde tropeiros vindos do Rio Grande do Sul levavam animais para São Paulo. Alia-se ao movimento tropeiro ali existente, a navegação do Rio Iguaçu. Os municípios foram colonizados por alemães, poloneses, ucranianos, bucovinos e italianos, responsáveis conjuntamente pelas características culturais dos grupos habitacionais instalados nessas colônias, influenciando diretamente nas artes da música e dança, na gastronomia e na arquitetura local. Em seu estudo Bordignon concluiu que:

Os núcleos de colonização alemã mantêm sempre os mais altos índices educacionais, independentemente da distribuição da população em rural e urbana e dos índices econômicos, o que sugere que o fator cultural é preponderante. [...] Os núcleos de colonização vicentista, açoriana e, em parte, paulista, mantêm-se em certo sentido, estacionários tanto nos índices de alfabetização como nos econômicos, só se desenvolvendo com o impulso de imigrantes de regiões vizinhas (BORDIGNON, 1977, p. 120-121).

A estimativa da população do Planalto Norte Catarinense em 2020, segundo o IBGE, era de 381.125 habitantes, conforme distribuição constante do Quadro 1.

⁸ Na figura consta o município de Matos Costa que não integra o Planalto Norte Catarinense

Quadro 1 – População total – Municípios do Planalto Norte Catarinense

Localidade	1991	2000	2010	2020 (estimativa)
	No.	No.	No.	No.
Brasil	146.825,475	169.798,885	190.755,799	211.755.692
Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	6.248.436	7.252.502
Bela Vista do Toldo	6.378	5.721	6.004	6.362
Campo Alegre	9.307	11.634	11.748	11.981
Canoinhas	50.731	51.631	52.765	54.480
Irineópolis	9.762	9.734	10.448	11.289
Itaiópolis	17.686	19.086	20.301	21.780
Mafra	45.545	24.978	52.912	56.561
Major Vieira	5.954	6.906	7.479	8.156
Monte Castelo	8.600	8.350	8.346	8.269
Papanduva	16.032	16.822	17.928	19.422
Porto União	29.581	31.858	33.493	35.543
Rio Negrinho	31.019	37.707	39.846	42.495
São Bento do Sul	49.787	65.437	74.801	85.421
Três Barras	16.021	17.124	18.129	19.366
Total	296.403	306.988	354.200	381.125

Fonte: IBGE (2021).

Dados do IBGE relativos ao ano de 2018 cientificam que a média do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da região foi de R\$ 29.849,38. Destacam-se os extremos: o PIB *per capita* do município de Três Barras alcançou o valor de R\$ 58.050,25, enquanto Campo Alegre alcançou R\$ 8.124,18. Do conjunto, em 7 municípios o PIB *per capita* foi superior à média regional e em 6, inferior. O salário médio dos trabalhadores formais, em 2018, era de 2,2 salários-mínimos (SM). O maior salário médio foi registrado em Major Vieira (3,5 SM) e o menor, em Monte Castelo (1,7 SM). Do conjunto, em 7 municípios o valor foi menor em relação à média regional.

Na área agrícola, o cultivo da soja e milho predomina na região. Também merece destaque o reflorestamento com eucalipto e *pinnus*. No segmento industrial destaca-se a indústria papelreira. A região comporta cinco grandes empresas de produção de móveis presentes nos municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho. A produção de móveis e de papel e celulose atende o mercado interno e externo contribuindo para a oferta de empregos. Ambos os municípios atraem significativo percentual de mão de obra da região. Nas últimas décadas a agroindústria vem se consolidando na região com a criação de suínos e aves.

3 METODOLOGIA

A metodologia assumiu pressupostos da pesquisa documental e bibliográfica. Para materializar o estudo, pautou-se o artigo na análise descritiva e comparativa. Contudo a metodologia compreendeu um levantamento de publicações na base de dados Google Acadêmico, da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos Capes bem como em livros, revistas e outras publicações impressas, objetivando identificar trabalhos científicos, buscando atingir os objetivos propostos neste estudo.

Para responder a problemática proposta foram pesquisadas as seguintes fontes: IBGE, PNUD, Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD), IDH, IDH-M, consulta aos órgãos oficiais de Santa Catarina, *sites* dos municípios pesquisados, Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte), Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), dentre outros.

Os quadros 2 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 3 - índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Renda; 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Longevidade; e 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Educação foram analisados a partir da classificação exposta na tabela 1.

Tabela 1 – Classificação do Desenvolvimento Humano

Classificação	Faixa
Muito Baixo Desenvolvimento Humano	0 a 0,499
Baixo Desenvolvimento Humano	0,500 a 0,599
Médio Desenvolvimento Humano	0,600 a 0,699
Alto Desenvolvimento Humano	0,700 a 0,799
Muito Alto Desenvolvimento Humano	0,800 a 1

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na sequência, far-se-á a análise do IDHM e pormenorizações com aprofundamento na área da educação. A análise respalda-se na tabela 01, anteriormente descrita.

Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

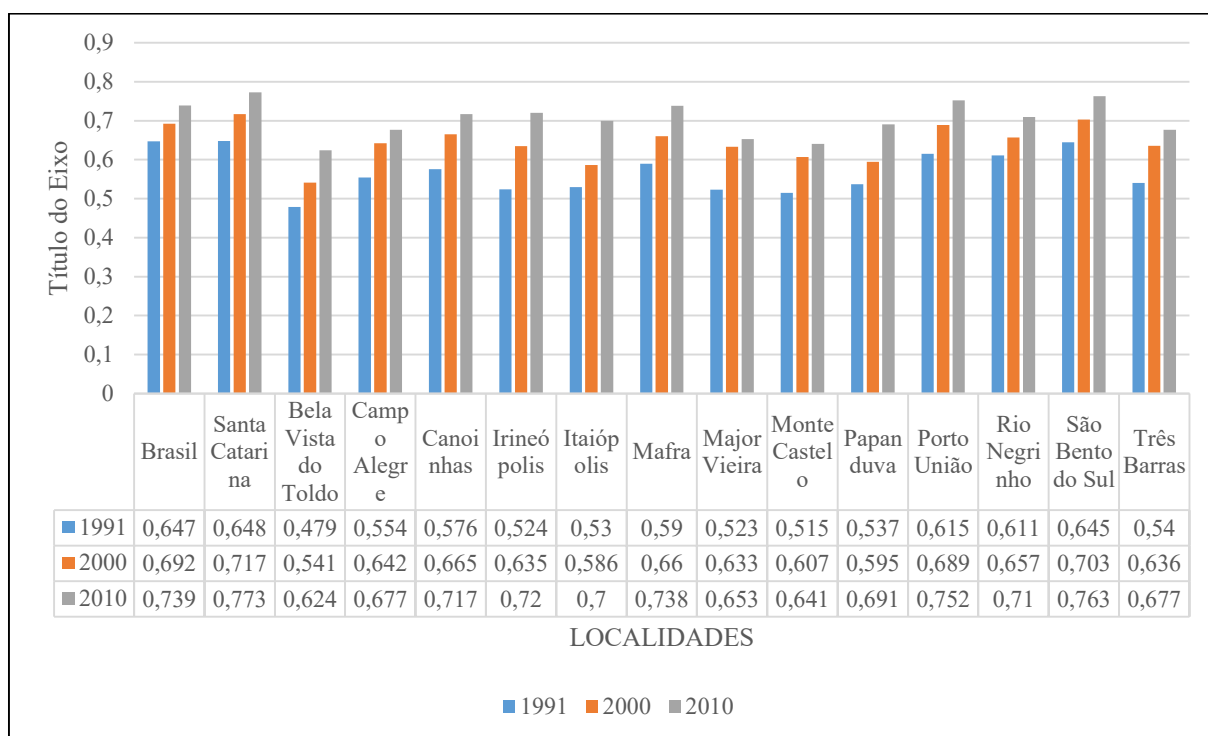
Localidade	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774
Bela Vista do Toldo	0,316	0,491	0,675
Campo Alegre	0,447	0,582	0,714
Canoinhas	0,506	0,640	0,757
Irineópolis	0,370	0,533	0,699
Itaiópolis	0,428	0,562	0,708
Mafra	0,538	0,652	0,777
Major Vieira	0,420	0,582	0,690
Monte Castelo	0,435	0,571	0,675
Papanduva	0,441	0,564	0,704
Porto União	0,536	0,666	0,786
Rio Negrinho	0,517	0,616	0,738
São Bento do Sul	0,564	0,679	0,782
Três Barras	0,457	0,598	0,706

Fonte: Atlas Brasil (2021)

No ano de 1991, a média do IDH Brasil era 0,493. Em Santa Catarina a média era 0,543, ou seja, superior à média nacional. Entretanto, quando analisados os índices dos municípios do Planalto Norte a realidade era outra. 61,6% dos municípios ficaram com média muito baixa e 38,4 % classificados como de baixo desenvolvimento humano.

Em 2000, um município continuou apresentado índice considerado muito baixo. Tratava-se de Bela Vista do Toldo. 53,8% foram considerados de baixo nível e 38,4% considerados de médio nível. Em 2010, 30,8% atingiram índice médio, e 69,2% índice alto. Em se comparando os três períodos, em 1991 e 2000 apenas São Bento do Sul superou a média estadual, sendo que em 2010 os municípios de Mafra, São Bento do Sul e Porto União superaram a média estadual.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Renda



Fonte: Atlas Brasil (2021)

Quando avaliada a questão IDHM renda, em 1991, a média nacional era 0,647 e a do estado de Santa Catarina era 0,648, praticamente constata-se um empate. Do conjunto dos municípios do Planalto Norte, nessa data, 7,7% dos municípios classificavam-se dentro da média muito baixo, 69,3% como baixa e 23% como média. O município de Bela Vista do Toldo enquadrou-se como muito baixo. No ano de 2000, o quadro apresentou sensível melhora. O índice nacional alcançou 0,692 e o estadual 0,717. Nenhum município classificou-se como muito baixo e houve uma redução significativa naqueles considerados de baixo desenvolvimento, passando de nove para três municípios. Nove municípios passaram a classificar-se como médio. Apenas um município classificou-se como de alto desenvolvimento. Os percentuais ficaram assim distribuídos: 23% como baixo, 69,3% como médio e 7,7% como alto. O município de Bela Vista do Toldo manteve-se com menor índice: 0,541. Em 2010, novamente constou-se sensível melhora, com seis municípios classificados como de nível alto e nove como alto. Quando comparado com a média nacional, em 1991, 77% dos municípios estavam abaixo da média, situação similar quando comparados com o estado de Santa Catarina. Em 2000, 23% dos municípios estavam abaixo da média nacional e 100% estavam abaixo da média estadual. Entretanto o município de São Bento do Sul foi avaliado como de nível alto. Em 2010, 53,8% foram classificados como de médio desenvolvimento, ficando aquém dos índices nacional e estadual, 46,2% classificaram-se como de alto desenvolvimento.

Quadro 3 – índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Longevidade

Localidade	1991	2000	2010
Bela Vista do Toldo	0,653	0,733	0,826
Brasil	0,662	0,727	0,816
Campo Alegre	0,718	0,779	0,845
Canoinhas	0,706	0,781	0,874
Irineópolis	0,700	0,781	0,836
Itaiópolis	0,653	0,764	0,836
Mafra	0,757	0,803	0,880
Major Vieira	0,720	0,760	0,817
Monte Castelo	0,681	0,764	0,826
Papanduva	0,687	0,780	0,836
Porto União	0,757	0,796	0,891
Rio Negrinho	0,711	0,777	0,848
Santa Catarina	0,753	0,812	0,860
São Bento do Sul	0,791	0,843	0,871
Três Barras	0,681	0,759	0,814

Fonte: Atlas Brasil (2021)

Analisando os índices de IDHM – longevidade, constatou-se evolução significativa no período compreendido entre 1991 e 2010. Em 1991 seis municípios (30,8%) eram classificados como de médio desenvolvimento humano: Bela Vista do Toldo, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva e Três Barras. Ainda em 1991, 69,2% classificavam-se como acima da média. Já em 2000, têm-se 77% classificados como médio e 23% como alto desenvolvimento humano (Mafra e São Bento do Sul). Em 2010, 100% dos municípios são classificados como de muito alto índice de desenvolvimento humano.

Em se comparando com a média brasileira, em 1991, os municípios de Bela Vista do Toldo e Itaiópolis estavam abaixo da média. Em 2000, apenas Bela Vista do Toldo e no ano de 2010 apenas o município de Três Barras. Quando se compara os municípios do Planalto Norte com a média do estado, em 1991, a situação desperta atenção, ano em que apenas três municípios (Mafra, Porto União e São Bento do Sul) superaram a média estadual.

Em 2000, apesar do crescimento geral, apenas o município de São Bento do Sul superou a média estadual e, em 2010, quatro municípios superaram a média estadual, são eles São Bento do Sul, Canoinhas, Mafra e Porto União. Nenhum município da região, no período analisado, classificou-se como de baixo ou muito baixo índice.

Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Educação

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	0,279	0,456	0,637
Santa Catarina	0,329	0,526	0,697
Bela Vista do Toldo	0,101	0,299	0,598
Campo Alegre	0,224	0,394	0,636
Canoinhas	0,319	0,504	0,692
Irineópolis	0,138	0,306	0,567
Itaiópolis	0,226	0,397	0,606
Mafra	0,348	0,523	0,723
Major Vieira	0,197	0,410	0,617
Monte Castelo	0,234	0,401	0,581
Papanduva	0,233	0,386	0,603
Porto União	0,331	0,539	0,724

Rio Negrinho	0,319	0,459	0,668
São Bento do Sul	0,352	0,529	0,719
Três Barras	0,260	0,443	0,639

Fonte: Atlas Brasil (2021)

Quando analisado o IDHM – Educação, no ano de 1991, todos os municípios inseriam-se na classificação muito baixo, situação que também acometia o país e o estado. No ano de 2000, 69,2% dos municípios ficaram com média muito baixa e 30,8% alcançaram o índice baixo. Somente os municípios de São Bento do Sul e Porto União ficaram acima da média estadual. Já em 2010, constatou-se expressiva melhora: 77% dos municípios atingiram a classificação média e 33% a alta. Sendo que os municípios de Mafra, São Bento do Sul e Porto União ficaram com média superior à do estado.

A educação constitui-se num dos principais alicerces do Desenvolvimento de uma região. Dados coletados junto a FECAM (2021) permitem traduzir em parte alguns indicadores da área. Chama a atenção o abandono escolar no ensino médio entre os municípios pesquisados. Campo Alegre alcançou índice de 0,671, o melhor da região e acima da média estadual que foi de 0,369.

Quanto ao atendimento à Educação Infantil (4 a 5 anos), Irineópolis apresenta menor índice (0,471), diferente de Porto União (0,952) e Mafra (0,891). Quanto ao atendimento ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos), Três Barras apresenta menor índice (0,526). Quanto ao atendimento ao Ensino Médio (15 a 17 anos), Porto União destaca-se com índice de 0,804, enquanto Irineópolis apresenta menor índice de atendimento (0,437). Dos municípios pesquisados, 46% atingem a faixa de 0,500 a 0,624 e 38,5% a faixa 0,625 a 0,749. Chamou atenção o município de São Bento do Sul que diferentemente das outras variáveis, nessa, alcançou índice 0,612.

Quando avaliadas as estruturas mínimas adequadas (acesso à internet, alimentação, banheiros dentro do prédio da escola, biblioteca, energia elétrica, rede pública, gerador, laboratório de informática, quadra de esportes, rede pública de água, rede pública de esgoto ou fossa séptica, sala dos professores), excetuando-se Bela Vista do Toldo (0,530), os índices dos demais municípios são superiores a 0,625.

No indicador qualidade do ensino, destacam-se as seguintes variáveis: a) Docentes com Curso Superior – Anos Iniciais (1.º ao 5.º ano): índice de 70% dos municípios acima da média estadual (0,726). Os municípios de Campo Alegre (0,601) e Papanduva (0,557) distam, por apresentarem índices abaixo da média estadual e regional; b) Docentes com Curso Superior – Anos Finais (6.º ao 9.º ano): 93% dos municípios apresentaram-se acima da média estadual (0,560). O município de Campo Alegre (0,485) apresentava o menor. Cabe destacar que a média estadual (0,560) é baixa, o que compromete a qualidade da educação; c) Relação percentual entre o número de docentes com curso superior e o total de professores no Ensino Médio: esse cenário apresentava-se como catastrófico, mesmo no estado de Santa Catarina. Considerando que os índices variam de 0,00 a 1,00, a média estadual alcançava 0,274. No território se sobressaem os municípios de Porto União (0,642) e Três Barras (0,803), os demais ficam abaixo do índice 0,499. Mendes et al. (2021, p. 743) ao abordarem o Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros entatizam que:

As desigualdades não se limitam apenas às regiões e às grandes parcelas territoriais, mas ocorrem até mesmo entre municípios vizinhos e de mesma região, visto que as atividades econômicas, a gestão das políticas públicas e demais características políticas, sociais, econômicas e ambientais podem interferir no processo do desenvolvimento, resultando em diferentes níveis de avanço para cada região particular. Nesse caso, o desenvolvimento, em cada localidade, sejam municípios, estados ou regiões, é influenciado diferentemente por diversos elementos.

Os 13 municípios possuem Conselho Municipal de Educação ativo. Quanto ao percentual de pessoas com 15 anos de idade ou mais, que não sabe ler e escrever, todos os municípios possuíam índice superior a 0,766, sendo a média estadual 0,794. Irineópolis e Papanduva foram os únicos municípios abaixo da média estadual.

O Indicador Desempenho Escolar da rede pública constitui-se no resultado de um conjunto de políticas públicas para o aperfeiçoamento da educação básica, mensuradas por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado a partir de dados sobre a aprovação e desempenho escolar obtido por informações da Prova Brasil e Saeb, além de informações complementares do Censo Escolar no ano de referência. O IDEB nasceu como condutor de políticas públicas para a qualidade da educação. A composição do índice possibilita a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino, sendo que a meta nacional norteia todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais. Ou seja, cada escola, município ou unidade de federação possui uma projeção diferenciada das metas fixadas bianualmente pelo INEP. Com relação ao IDEB dos municípios da região pesquisada:

Quadro 5 – IDEB Anos Iniciais - Municípios do Planalto Norte Catarinense

Município	IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Bela Vista do Toldo		4,5	4,4	5,1	-		**	**		4,7	5,1	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
Campo Alegre	4,3	5,0	4,8	6,0	5,7	6,1	6,7	6,6	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4
Canoinhas	4,5	4,6	4,9	5,8	5,9	6,4	6,7	6,8	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3	6,5
Irineópolis	4,3	4,7	4,9	5,7	5,9	6,7	7,6	7,4	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Itaiópolis	3,9	4,2	4,7	5,4	5,4	5,6	6,0	6,0	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8	6,1
Mafra	4,6	4,8	5,0	5,6	5,7	6,0	6,6	6,5	4,7	5,0	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6
Major Vieira	3,9	4,1	5,3	5,3	-	5,8	6,3	6,4	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
Monte Castelo	3,6	4,2	4,3	5,0	5,0	5,7	5,8	6,0	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
Papanduva	3,5	4,8	5,5	5,7	6,1	6,5	7,0	6,9	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
Porto União	4,0	4,5	5,0	5,6	5,8	5,7	5,8	5,8	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2
Rio Negrinho	4,3	4,6	4,8	5,4	5,3	5,9	6,0	6,5	4,4	4,7	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
São Bento do Sul	4,3	5,0	5,4	5,9	6,2	6,5	6,9	6,7	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
Três Barras	3,8	3,8	4,4	4,9	4,6	5,2	5,4	5,2	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,0

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Fonte: Brasil (2021)

Quadro 6– IDEB Anos Finais – Municípios do Planalto Norte Catarinense

Município	IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Bela Vista Toldo	3.9	4.1	4.4	4.2	4.2	4.3	4.7	4.3	3.9	4.1	4.3	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9
Campo Alegre	4.2	3.9	4.4	4.8	4.0	4.9	5.5	5.0	4.3	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2
Canoinhas	4.1	4.4	4.3	4.7	4.6	5.3	5.3	5.4	4.1	4.3	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0
Irineópolis	3,7	4,1	4,3	4,5	4,1	5,3	5,1	4,5	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
Itaiópolis	3.8	4.4	4.2	4.7	4.3	4.9	5.1	5.0	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
Mafra	4.3	4.4	4.5	4.6	4.5	4.9	4.9	4.7	4.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.2
Major Vieira	3.8	4.3	4.3	4.5	4.2	5.1	5.2	5.0	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
Monte Castelo	3.8	3.9	3.8	4.5	3.9	4.8	4.5	4.0	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8
Papanduva	4.0	4.1	4.0	4.5	4.2	4.6	5.0	4.7	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	5.9
Porto União	4.0	4.2	4.5	4.4	3.9	4.6	4.8	4.5	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Rio Negrinho	3.9	4.3	4.3	4.7	4.3	4.8	4.7	5.1	4.0	4.1	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	5.9
São Bento do Sul	4.4	4.6	4.7	5.2	4.8	5.3	5.5	5.4	4.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.2
Três Barras	3.3	3.7	3.6	4.2	3.8	4.2	4.1	4.0	3.3	3.5	3.7	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Fonte: Brasil (2021)

Os dados apresentados no Quadro 2 indicam que, dos 13 municípios, um não teve dado divulgado em 2019. O município de Porto União não alcançou a meta projetada e a situação preocupante reside nos dados do Quadro 3: nenhum dos municípios da região alcançou a meta projetada.

O resultado do IDEB se constitui em um parâmetro para estabelecer ações necessárias à melhoria do ensino. Entre todas as metas previstas no Plano Nacional de Educação, Lei Federal n.º 13.005/2014, a meta 7 (sete) prevê fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais previstas, 6,0 (seis) para Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 5,5 (cinco vírgula cinco) para os Anos Finais do Ensino Fundamental e 5,2 (cinco vírgula dois) para o Ensino Médio. Na presente meta constam em âmbito nacional 36 estratégias com o objetivo de atingir as metas projetadas. Os Planos Municipais de Educação também apresentam estratégias para cumprimento das projeções que são diferenciadas para cada município de acordo com a realidade e o IDEB observado. Tem-se aqui mais um desafio para os gestores dos municípios do Planalto Norte Catarinense.

O cenário da educação no Planalto Norte Catarinense não diverge da maioria das regiões brasileiras. Muito embora os municípios estejam vinculados à uma Associação, essa aparenta certa ineficiência ao articular propostas conjuntas para a melhoria da qualidade da educação na região. Isso faz com que se questione se os gestores públicos estão embebidos num conceito de desenvolvimento regional desarticulado de princípios basilares para uma educação de qualidade social. Mäder (2021) exemplifica:

Os desafios da educação básica brasileira não são conjunturais, são problemas de ordem complexa que exigem a implantação de estratégias de médio e longo prazos. É nesse sentido que o trabalho desenvolvido pelos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) merece destaque, representando uma alternativa que já apresenta resultados positivos na implantação de programas que contribuem para que os municípios consigam superar seus desafios e dar saltos de qualidade na educação.

Essa estratégia para melhoria da qualidade da educação reside, segundo Mäder (2021) no trabalho de cooperação intermunicipal. Nessa proposta, as metas são estabelecidas em conjunto, elencando as prioridades comuns do território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a finalização desse estudo, retoma-se o problema inicial: Qual a evolução do IDHM dos municípios do Planalto Norte Catarinense nos anos de 1991, 2000 e 2010? Cotejados os dados coletados, resumidamente, destaca-se: Estruturas mínimas destinadas à educação avaliadas como boas. O homem é um ser em permanente relação com o espaço físico. Quanto mais conforto o aluno adquirir melhor será o seu rendimento psíquico, intelectual, social. Uma estrutura física de qualidade influenciará a processo de ensino aprendizagem além de permitir ao professor implementar diferentes estratégias de ensino. Outro fator que contribui é a reduzida formação em nível superior dos professores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Quando se analisa o Ensino Médio, tem-se uma situação caótica, a ponto de os dados indicarem a total ausência de professores formados em nível superior. Muito embora a região acolha instituições de ensino superior presencias e inúmeros polos de educação a distância, não tem sido suficiente para formação do número de professores demandados. Por outro lado, questiona-se se a carência de docentes não está atrelada a baixa valorização da carreira do magistério, o que faz com que profissionais habilitados procurem outros postos de trabalho. Para amenizar essa situação, a Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina oportunizou nos anos de 2021 e 2022, a oferta de cursos superiores de licenciatura de acordo com a demanda regional. Esses cursos são gratuitos e os alunos recebem auxílio manutenção. Há consenso que qualidade na educação é muito mais que índices de desempenho em avaliações externas. Entretanto, não se pode deixar de considerar tais indicadores. O desempenho escolar analisado no Planalto Norte Catarinense, a partir dos resultados do IDEB/2019, indicou que 100% dos municípios não alcançaram a meta projetada nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Esses dados confirmam uma tendência brasileira: Anos Iniciais do Ensino Fundamental com melhor desempenho, perdendo gradativamente sua força nos Anos Finais e no Ensino Médio. Fato esse que se atrela ao processo de desenvolvimento regional, pode prejudicá-lo, caso o capital humano resulte da aprendizagem deficitária. Por fim os dados indicam a existência de Conselhos Municipais de Educação atuantes, o que contribui para a gestão democrática. Esse fato permite que se questione qual o grau de atuação desses conselhos? Qual a efetiva gestão democrática que ocorres nas unidades educacionais? Ora, Conselhos atuantes e gestão democrática constituem-se também em alicerces da qualidade da educação e, por consequência, de uma sociedade consciente de seus verdadeiros deveres para com a educação e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- A METODOLOGIA de cálculo do IDHM. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- AMPLANORTE. **Plano de Desenvolvimento Regional do Planalto Norte Catarinense**. 2016.
- ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: Educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. IPEA. nov. 2002. (Texto para discussão; 857).
- BORDIGNON, Genuino. Desenvolvimento, educação e padrões de colonização em Santa Catarina. **Forum**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 101-122, abr./jun. 1977.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Disponível em: <http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2019/07/Territo%CC%81rio-e-Desenvolvimento-Carlos-Branda%CC%83o-2012.pdf>
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Educação, crescimento e desenvolvimento econômico: notas e reflexões**. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AulasSeminarios/CNCB_Educacao_Crescimento_RAR_March2011.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.
- CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 7, dez. 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255/870>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.
- GOMES, Maria Helena Scalabrin Cardoso *et al.* Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir das avaliações do IDEB de três municípios paulistas. **Gestão & regionalidade**, v. 32, n. 94, jan./abr., 2016.
- INSTITUTO Mauro Borges de Estatísticas E Estudos Socioeconômicos – Imb. **Análise do Índice de Desenvolvimento Humano Dos Municípios Goianos IDHM - 1991, 2000 e 2010**. Goiânia: Segplan, 2014.
- FECAM (Federação Catarinense de Municípios). Disponível em: <https://www.fecam.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LYRIO Luzinete Barbosa; BARROS, Manoel Joaquim Fernandes; MENEZES, Ana Maria Ferreira. Educação, um fator decisivo para o desenvolvimento: o modelo do município de Sobral/CE. In: ENANPUR; 23 2019. **Anais [...]**, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=810>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MÄDER, Maria Paula Mansur. **Qualidade na educação**: muito mais que índices de aprendizagem. Muito mais que índices de aprendizagem. 2021. Disponível em: <https://www.cpp.org.br/informacao/ponto-vista/item/17365-qualidade-na-educacao-muito-mais-que-indices-de-aprendizagem>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MENDES, Wesley de Almeida *et al.* Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 4, p. 742-758, 22 dez. 2020. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.25222/larr.555>.

POCHMANN, Marcio; MARIA, Pier Francesco de. O que faz de Sobral a capital da educação brasileira. **Nexo**. São Paulo, p. 1-3. 01 maio 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/O-que-faz-de-Sobral-a-capital-da-educa%C3%A7%C3%A3o-brasileira>. Acesso em: 21 abr. 2022.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CEBOLÃO, Karla Azevedo. Amartya Sen e o direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 88 – 104, jul./dez. 2017.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOUSA, Flávio Eliziario de; FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163 - 178, jul./dez. 2018.